PATRÍCIA CÂNDIDO ALVES FERREIRA

Direito Fundamental à Saúde: a Questão de sua Exigibilidade

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Doutor Sergio Pinto Martins

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2015

PATRÍCIA CÂNDIDO ALVES FERREIRA

Direito Fundamental à Saúde: a Questão de sua Exigibilidade

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Professor Titular Doutor Sergio Pinto Martins.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2015

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Ferreira, Patrícia Cândido Alves

Direito fundamental à saúde : a questão de sua exigibilidade / Patrícia Cândido Alves Ferreira; Orientador Sergio Pinto Martins -- São Paulo, 2015. 107

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e da Seguridade Social) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2015.

1. Direito fundamental à saúde. 2. Exigibilidade. 3. Judicialização. 4. Mínimo existencial. 5. Reserva do possível. I. Martins, Sergio Pinto, orient. II. Título.

PATRÍCIA CÂNDIDO ALVES FERREIRA

Direito Fundamental à Saúde: a Questão de sua Exigibilidade

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito. Área de concentração: Direito do Trabalho e da Seguridade Social. Orientador: Professor Titular Doutor Sergio Pinto Martins.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professor Titular Doutor Sergio Pinto Martins

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Titular Sergio Pinto Martins, por ter-me concedido a honra de ser sua orientanda e por sua relevante contribuição, em particular, ao Direito da Seguridade Social, ao Direito do Trabalho e ao Direito Processual do Trabalho.

Aos Professores Titulares Fernando Campos Scaff e José Rogério Cruz e Tucci, pelo conhecimento transmitido. Ao Professor Doutor Otavio Luiz Rodrigues Junior, pelo incentivo e pelas relevantes observações feitas ao trabalho na Banca de Qualificação.

Aos Ministros Antônio Carlos Ferreira e Humberto Eustáquio Soares Martins, do Superior Tribunal de Justiça, e ao Ministro Antonio Cezar Peluso, que integrou o Supremo Tribunal Federal, pois o trabalho com S. Ex.^{as} muito me auxiliou na escolha e no desenvolvimento do tema. Aos três, reitero o agradecimento pela confiança em meu trabalho e pela compreensão necessária durante meus estudos na Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

À Dra. Lucia de Toledo Piza Peluso, pelas oportunidades. À Dra. Tereza Roque, por seu apoio no Superior Tribunal de Justiça.

À Fernanda Mathias de Souza Garcia, Íris Cristina Ogêda Oliveira Araújo e Irma Cláudia do Nascimento Moraes, pela especialíssima confraternidade.

FERREIRA, Patrícia Cândido Alves. **Direito fundamental à saúde: a questão de sua exigibilidade**. 2015. 107p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo discutir a questão da exigibilidade do direito à saúde no Brasil e seu impacto sobre a formulação e implementação de políticas públicas (mínimo existencial x reserva do possível). Aborda-se a evolução histórica da saúde até sua consagração como direito fundamental na Constituição Brasileira de 1988. Por meio da jurisprudência formada favoravelmente à saúde, os tribunais pátrios têm assumido papel ativo na interpretação e na proteção desse direito. Várias vezes, as decisões judiciais determinam, na prática, uma redefinição das políticas públicas do Executivo. Trata-se de um contexto que vem incentivando as pessoas ao ajuizamento de ações para exigir a concretização do direito à saúde, fenômeno também conhecido como judicialização do direito à saúde. Tal ativismo se explica pelo fato de o Judiciário considerar que a ineficiência administrativa e o método de priorização da atenção à saúde revelam falhas que interferem na proteção do acesso à saúde, reconhecendo-os como verdadeiro descumprimento do dever estatal em relação a tal direito.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Direito à saúde. Exigibilidade. Judicialização. Mínimo existencial. Reserva do possível.

FERREIRA, Patrícia Cândido Alves. **The fundamental right of health: the question of exigibility**. 2015. 107p. Master – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

ABSTRACT

The current paper aims to discuss the issue of exigibility of the right to health in Brazil and their impact on the formulation and implementation of public policies (existential minimum x reserve for contingencies). In this sense, it approaches the origin of the inclusion of the right to health as a fundamental in the Brazilian Constitution of 1988. Through the jurisprudence created while ruling writs of protection, Brazilian courts have assumed an active role in interpreting and protecting those rights. On several occasions, court rulings have forced the Executive to redefine its policies. This context has led individuals to use writs to seek the realization of their right to health, a phenomenon also called judicialization of the right to health. This activism is explained by the fact that the courts regard administrative inefficiencies and prioritization processes of health services that fail to protect an individual's access, as a violation of government duties towards this right.

Keywords: Fundamental rights. Right to health. Exigibility. Judicialization. Existential minimum. Reserve for contingencies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C.	-	antes de Cristo
ACA	-	<i>Affordable Care Act</i>
ADI	-	Ação direta de inconstitucionalidade
AIDS	-	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
art., arts.	-	artigo, artigos
BGB	-	<i>Bürgerliches Gesetzbuch</i>
BOOT	-	<i>Build-Own-Operate-Transfer</i>
DBFO	-	<i>Design-Build-Finance-Operate</i>
DUDH	-	Declaração Universal dos Direitos Humanos
HIV	-	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>
HNS	-	<i>National Health Service</i>
INAMPS	-	Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
inc., incs.	-	inciso, incisos
INPS	-	Instituto Nacional de Previdência Social
NOB	-	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OIT	-	Organização Internacional do Trabalho
OMS	-	Organização Mundial de Saúde
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PIDESC	-	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PPACA	-	<i>Patient Protection and Affordable Care Act</i>
STF	-	Supremo Tribunal Federal
STJ	-	Superior Tribunal de Justiça
SUS	-	Sistema Único de Saúde
UBS	-	Unidade Básica de Saúde
UPA	-	Unidade de Pronto Atendimento